

EXPERIÊNCIAS DE PARENTALIDADE DE CASAIS HOMOAFETIVOS ADOTANTES HOMOAFFECTIVE ADOPTING COUPLES' PARENTHOOD EXPERIENCE¹

Amanda de Aguiar da Silva²

Fabíola Langaro³

Resumo

Ao longo dos anos, o entendimento relativo ao conceito de família tem passado por constantes mudanças, desfazendo a noção de família tradicional - patriarcal, heterossexual, monogâmica, hierárquica, nuclear - como única configuração possível. Com isso, casais homoafetivos estão ganhando espaço nas lutas pelos direitos de constituírem famílias. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo principal compreender as experiências de parentalidade em casais homoafetivos adotantes. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória, onde foram entrevistados 4 casais homoafetivos adotantes, utilizando entrevistas semiestruturadas. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo por categoria temática que foram organizadas após a coleta, sendo elas: projeto de parentalidade; processo de adoção e experiências de parentalidade. Como resultados, evidenciou-se que o projeto de parentalidade vinculou-se ao desejo de um ou ambos do casal, fazendo com que as motivações sejam distintas entre os casais e indivíduos que compõem o casal. Em relação ao processo de adoção, os participantes enfatizaram a importância da participação em grupos preparatórios. Finalmente, nas experiências de parentalidade, evidenciou-se o exercício da parentalidade como resultado de um processo de construção psíquica e de construção de vínculo entre adultos e crianças. A conjugalidade e a parentalidade, entre os entrevistados, parecem desempenhar um importante papel na construção dos seus objetivos de vida. Compreende-se que os vínculos estabelecidos se referem à ordem dos afetos e em nada a orientação sexual das mães/pais interferiram no desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Adoção, Família, Homoparentalidade, Psicologia.

Abstract: Over the years, the understanding of family concept has changed, undoing the notion of traditional family - patriarchal, heterosexual, monogamous, hierarchical, nuclear - as the only possible configuration. As a result, same-sex couples are gaining ground in the struggle for the right to start a family. In this context, the main objective of this research is the adopting homosexual couples parenting experiences with an exploratory qualitative research which 4 adopting homo-affective couples were interviewed, leaving semi-structured groups. Data were prepared through content analysis by thematic category: parenting project; adoption process and parenting experience. As a result, it was evident that the parenting project was linked to the

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. 2021.

² Acadêmica do curso Amanda de Aguiar da Silva da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E- amandaaguiarap@gmail.com

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e orientadora da pesquisa.

desire of one or both of the couple, making the motivations different between the couples and individuals that make up the couple. Regarding the adoption process, participants emphasized the importance of preparatory groups. Finally, in the parenting experiences, parenthood was evidenced as a result of a process of psychic construction and bond construction between adults and children. Conjugal and parenting, among the interviewees, apparently play an important role in the construction of their life goals. It is understood that the bonds associated with the order of affections and the sexual orientation of the mothers/fathers did not interfere in the children's development.

Keywords: Adoption, Family, Homoparenting, Psychology.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o entendimento relativo ao conceito de família tem passado por constantes mudanças, sendo que, historicamente, o modelo tradicional de família era composto por pai, mãe e filho(s). Com o tempo, esse conceito passou por reajustes, desfazendo a noção de família tradicional (patriarcal, heterossexual, monogâmica, hierárquica e nuclear) como única possibilidade, sendo que estes reajustes só se tornaram possíveis a partir das transformações sociais, culturais e políticas (UZIÉL, 2007). Através da ocorrência destas transformações pode-se observar diversas configurações familiares, entre elas estão as famílias monoparentais, em que a criança é cuidada apenas por um responsável; famílias pluriparentais ou recompostas, decorrente de separação e divórcios (onde a parentalidade é compartilhada por mais responsáveis); e famílias homoparentais, composta por dois sujeitos do mesmo sexo (UZIÉL, 2007), dentre outras.

O exercício das múltiplas formas de parentalidade pode ser desempenhado por pessoas sem reconhecimento jurídico/legal ou vínculo genético, dando evidência ao processo de construção psíquica e à construção do vínculo, sendo esta uma forma de se relacionar ampliando as possibilidades de construir família (RODRIGUEZ; GOMES, 2012). Zambrano (2006) aponta quatro elementos que podem ligar um adulto a uma criança: a) o vínculo biológico, que diz respeito à origem genética; b) o parentesco, vínculo relacionado ao senso de pertencimento através da sua genealogia; c) a filiação, reconhecimento jurídico; d) a parentalidade, compreendido como um "exercício cotidiano" em que envolve cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde etc. Desta forma, pode-se observar que a parentalidade, difere-se do parentesco e filiação, não estando atrelada ao conceito tradicional de família, constituída pelo vínculo biológico e os papéis sociais. Assim, compreender os novos arranjos

familiares e suas constituições é dar um passo, dentro de um longo caminho, para construir uma sociedade mais igualitária, que se relaciona bem com todas as diferenças.

Segundo Zornig (2010) a parentalidade é um termo que começou a ser utilizado na literatura psicanalítica francesa a partir dos anos 1960 para indicar o caráter processual e de construção no exercício das funções dos pais com os filhos. “Atualmente, o conceito vem sendo utilizado, em diferentes abordagens teóricas, para designar o processo dinâmico por que passam os pais, isto é, ao processo de tornar-se pai e mãe, que vai além do biológico [...]” (GORIN et al., 2015, p. 8). Neste sentido, pode-se considerar que a parentalidade é construída por meio de diversos aspectos distintos como as características coletivas atravessadas pela cultura e pela história, bem como as particularidades específicas de cada casal (GORIN et al., 2015).

Diante do exposto, neste trabalho objetivou-se aprofundar algumas questões que perpassam as experiências de parentalidade em casais homoafetivos adotantes. Para tanto, foram entrevistados casais homoafetivos que exercem a parentalidade por meio da adoção, utilizando o termo “homoafetivo” como referência ao relacionamento afetivo-sexual de casais do mesmo sexo. Na presente pesquisa, considera-se o termo homoparentalidade para se referir a casais cuja parentalidade é exercida por homens e mulheres homoafetivos. Sendo o termo homoparentalidade originalmente francês, criado em torno dos anos 1990 por casais homoafetivos que procuravam uma definição para suas famílias (GROSSI; UZIEL; MELLO, 2007). A utilização deste termo vem recebendo críticas por alguns autores, pois coloca em ênfase a sexualidade dos pais/mães atrelado aos cuidados com os filhos, dando assim, a ideia de que o exercício parental seja marcado pela orientação sexual dos pais - contrariando o enfoque sobre as relações familiares ou a “capacidade ou, até mesmo, a “disponibilidade” para o exercício da parentalidade. Por outro lado, o emprego deste termo possibilitaria dar mais visibilidade a esta categoria de parentalidade, expandindo o debate e botando em evidência a realidade atual, trazendo reflexões acerca do tema (GROSSI; UZIEL; MELLO, 2007).

À vista disso, Uziel (2007) destaca algumas alternativas para que sujeitos ou casais homoafetivos possam exercer a homoparentalidade, considerando que não depende apenas da vontade dos sujeitos envolvidos, visto que a parentalidade homossexual biológica, substancialmente, depende de outros fatores. Sendo algumas destas possibilidades: (1) relacionamento heterossexual anterior com filho(s); (2) inseminação artificial, com doador anônimo ou barriga de aluguel⁴; (3) acordo entre um amigo do sexo oposto; (4) dois casais

⁴ Prática considerada ilegal no Brasil (SILVA, 2019)

homoafetivos que optam por ter um filho a quatro; (5) adoção. Cabe ressaltar que nos casos 2 e 3 não há a intenção de construir um laço parental por parte do doador/amigo (UZIEL, 2007).

Segundo Almeida (2008) cabe às instituições governamentais e não-governamentais conceder validade e funcionalidade - no que tange os direitos jurídicos - a esses diferentes arranjos, sejam as que seguem o modelo tradicional ou não. No que tange às questões sobre os direitos humanos e sexuais - que lutam pelo reconhecimento dos indivíduos que não vivem conforme os padrões heteronormativos - existe uma reverberação significativa nessas discussões sobre família, visto que enfatizam uma “ruptura” no paradigma que sustenta a lógica da família tradicional (ALMEIDA, 2008). Neste sentido, os supracitados novos arranjos familiares permitem que as relações de parentalidade sejam construídas independentemente dos laços consanguíneos, colocando em xeque as argumentações advindas das sociedades heteronormativas (LIRA et al., 2016). Os casais homoafetivos estão, cada vez mais, ganhando espaço nas lutas pelos direitos dos homossexuais de constituírem famílias, ainda que esta nova configuração vá contra os padrões enraizados como “socialmente aceitos”. Faz-se importante destacar que a legitimação destas novas configurações não leva à falência da instituição família, mas sim a uma quebra no modelo tradicional de família (ROSA et al., 2016).

Em março de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito à união estável de casais homoafetivos, sendo assim, legitimando os mesmos direitos dos casais heterossexuais (ROSA et al., 2016). Assim, tendo a união estável por casais homoafetivos regulamentada, o Supremo Tribunal Federal cooperou para que um novo conceito de família fosse formulado no âmbito nacional, garantindo os direitos e deveres aos casais homoafetivos que desejam oficializar juridicamente a sua união. Até então, casais homoafetivos optavam por realizar a adoção por meio da guarda única, em que apenas um membro do casal registra oficialmente a guarda do filho (CECÍLIO; COMIN; SANTOS, 2013).

Sendo assim, atualmente casais homoafetivos possuem legalmente seus direitos garantidos para assumir uma família, ampliando as possibilidades para além do padrão tradicional de família. É possível observar que a concepção de família vem se tornando tão plural e ao mesmo tempo tão singular quanto a subjetividade humana. Mesmo com tais avanços não pode-se deixar de destacar que o preconceito em relação aos homossexuais, ainda, é o maior impeditivo para que ocorra a efetivação da adoção por partes destes casais uma consequência direta ao caráter homofóbico da sociedade brasileira, sendo o Brasil o país que mais mata homossexuais no mundo (MOTT, 2019).

Segundo Uziel (2007) um dos preconceitos enfrentados pelas famílias homoparentais seria que esta traria prejuízos no desenvolvimento psicossociológico “normal” das crianças, por

meio da ausência do homem ou da mulher, de maneira que até pudesse influenciar na orientação sexual dos mesmos. No entanto, estudos comprovam que não existe relação entre a orientação sexual das mães/pais com a orientação sexual dos filhos, já que essa teoria não se sustenta, uma vez que casais heterossexuais têm filhos homoafetivos e o contrário também (UZIEL, 2007). Além disso, ainda que ocorresse, a homossexualidade não deveria ser vista como um problema ou algo a ser evitado ou "combatido". Por fim, entende-se que não são apenas os filhos de pais homoafetivos, que crescem com a ausência do homem ou da mulher, crianças que crescem em outras configurações familiares, como por exemplo as famílias monoparentais, que também passam por esse processo de ausência do homem ou da mulher no desenvolvimento da criança.

Contudo, alguns setores sociais conservadores ainda questionam a capacidade de casais homoafetivos proporcionarem uma convivência familiar saudável, como se essas famílias sempre estivessem em débito (ALMEIDA, 2008). Porém, a função parental não está inerentemente relacionada ao sexo ou orientação afetiva, mas ao vínculo afetivo, práticas educativas, vida digna e um futuro (UZIEL, 2007). Assim, pode-se observar que dentro da lógica heteronormativa o exercício da homoparentalidade é visto como inadequado e com isso podem ocorrer formas discriminatória e excludentes de vivenciar essa experiência de parentalidade por parte de casais homoafetivos.

Entre os fatores que são capazes de contribuir para a permanência destes preconceitos e compreensões equivocadas em relação ao exercício da parentalidade de casais homoparentais está relacionada, entre outros aspectos, à escassez de estudos na área da psicologia em relação à parentalidade em casais homoafetivos, conforme pesquisa de Cícero et al. (2013). Para referenciar a relevância científica da presente pesquisa foram consultadas as bases de dados Scielo e Pepsic. Utilizou-se para a busca de artigos na Scielo em novembro de 2021, as palavras chaves: adoção, homoparentalidade, família e psicologia, com 2 resultados e parentalidade, adoção e homoafetivo, com 1 resultado. Na base de dados Pepsic, as palavras chaves utilizadas foram: adoção, homoparentalidade e família com 5 resultados e adoção, parentalidade, homoafetivo, com 1 resultado.

Considerando o acima exposto, a pesquisa aqui apresentada teve como objetivo geral: compreender as experiências de parentalidade em casais homoafetivos adotantes; e como objetivos específicos: 1) Identificar o projeto de parentalidade de casais homoafetivos adotantes; 2) Identificar as motivações para a adoção em casais homoafetivos adotantes e 3) Descrever as experiências de parentalidade de casais homoafetivos após a efetivação da adoção.

A seguir, estão explicitados o método utilizado na pesquisa para alcançar os objetivos propostos e os resultados e discussões realizadas após a coleta de dados.

MÉTODO

A abordagem desta pesquisa se classifica como qualitativa, pois visou compreender as experiências de parentalidade de casais homoafetivos, sendo este um nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO, 1994). Nesta modalidade de estudo, a interpretação de dados:

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

Na mesma perspectiva Dyniewicz (2014, p. 102) descreve que as pesquisas qualitativas:

[...] baseiam-se na premissa de que o conhecimento sobre as pessoas só é possível a partir da descrição da experiência humana tal como é vivida e tal como é definida pelos seus próprios autores. Assim, elas propiciam campo livre ao rico potencial das percepções e subjetividades dos seres humanos.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa de apresentar a produção de conhecimento científico a respeito da compreensão das experiências de parentalidade de casais homoafetivos adotantes, a pesquisa se caracterizou como exploratória. De acordo com Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Ainda sobre o autor, este compreende que o tipo aproximativo da pesquisa exploratória se dá sem a intenção de esgotar o tema. Sobre o delineamento proposto, optou-se pelo estudo de campo visto que segundo Gil (2008, p. 57) “estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes.” Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação (GIL, 2008, p. 57).

Em relação à amostragem optou-se pelo procedimento de amostragem por conveniência tendo em vista que “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo [...] onde não é requerido elevado nível de precisão” (GIL, 2008, p.94). Assim, a pesquisa foi realizada com pessoas da comunidade, mais especificamente com casais homoafetivos do Sul do país, que vivenciam o processo de adoção por meio de vias legais.

Para acessar os participantes, a pesquisadora entrou em contato com a sua rede de relações a fim de obter indicações de possíveis candidatos para a pesquisa - casais homoafetivos que passaram pelo processo de adoção - então houve uma primeira abordagem, convidando-os

para participar. Após o contato inicial, a pesquisadora definiu junto com cada casal a data e horário para a entrevista.

Tendo em vista que, conforme descrevem Augusto et al. (2014), a pesquisa qualitativa se caracteriza por abordar pessoas que disponham de uma relação com o problema de pesquisa e não pelo tamanho da amostra, incluiu-se na pesquisa quatro casais homoafetivos, totalizando oito pessoas, cidadãos brasileiros que residem no sul do país, entre 31 e 42 anos, que se encontram em casamento civil ou união estável e realizaram a adoção por vias legais com mais de um ano da efetivação da adoção.

O quadro exposto a seguir apresenta a caracterização das(os) participantes.

Quadro 1 – Caracterização das(os) participantes

Participantes	Idade	Gênero	Tempo de Conjugalidade	Tempo de Adoção	Filiação
casal 1	P1- 33 anos	Homem	10 anos	2 anos e 6 meses	A-13 anos
	P2-36 anos	Homem			B-5 anos
casal 2	P3-37 anos	Mulher	9 anos	4 anos	C- 10 anos
	P4-42 anos	Mulher			D-12 anos
casal 3	P5- 31 anos	Mulher	5 anos	1 anos e 10 meses	E-8 anos
	P6-36 anos	Mulher			F-9 anos
casal 4	P7-35 anos	Homem	7 anos	2 anos	G-8 anos
	P8-39 anos	Homem			

Fonte: Entrevistas (2021).

Como procedimento para a coleta de dados optou-se por realizar uma entrevista semiestruturada, considerando que esse tipo de entrevista “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LUDKE, ANDRÉ, 1986, p. 34). Para realizá-la, foi utilizado um roteiro, com perguntas disparadoras do diálogo, porém, os entrevistados puderam falar livremente sobre o tema. As perguntas seguiram na direção da compreensão dos objetivos da pesquisa. O conteúdo das perguntas das entrevistas englobou questões sobre o surgimento do projeto de maternidade/paternidade, escolha pela adoção, processo de adoção, expectativas. Também foi

questionado sobre como as/os participantes se organizam para cuidar das crianças, o que consideram como a melhor parte da experiência de tornar-se pais/mães e o que consideram como as maiores dificuldades, se houve alguma situação ou fator que influenciou no processo de adoção.

Previamente, a pesquisa havia sido aprovada por Comitê de Ética sob parecer nº 4.893.336. As entrevistas foram realizadas por vídeo chamada pela plataforma Google Meet tendo em vista a epidemia de COVID-19, sendo que todos os participantes estavam em local que pudesse haver sigilo das informações apresentadas. Com o consentimento de todos os participantes, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. O tempo médio de entrevista foi de 50 minutos para cada casal. Ao início da entrevista a estagiária apresentou por meio de formulário online o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o documento foi lido junto dos participantes, e somente após o aceite do termo a pesquisa iniciou. Para preservar o anonimato dos participantes e manter a confidencialidade dos dados, os participantes estão indicados pela letra P (de participantes) e com o número que indica a ordem em que foram entrevistados, contudo, vale-se ressaltar que os cônjuges, de um mesmo casal, foram entrevistados juntos. Desta forma, o participante P1 não foi entrevistado antes do P2, mas conjuntamente e que, por sua vez, foram entrevistados antes dos participantes P3 e P4. Ou seja, entre os pares o número não implica a ordem, uma vez que foram entrevistados juntamente, mas passa a informar ordem quando na análise entre dois casais.

Como método de análise de dados, foi utilizado a análise de conteúdo por categoria temática. Assim, após a transcrição das entrevistas, os dados foram organizados em categorias estabelecidas após a coleta, com base nos seus conteúdos. Nascimento e Menandro (2006, p.79) compreendem que pode-se a partir dos discursos dos entrevistados possibilitar “[...] a constituição de agrupamentos de elementos de significados mais próximos, possibilitando a formação de categorias mais gerais de conteúdo”. Definiu-se essa técnica por não se limitar a uma análise unicamente do conteúdo manifesto, mas compreender o sentido do discurso (GOMES, 2001).

Em relação a elaboração das categorias de pesquisa a análise ocorreu através de três fases conforme apresenta Gomes (2001): pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise é a fase onde o pesquisador organiza “[...] o material a ser analisado. Nesse momento, de acordo com os objetivos e questões de estudo, definimos, principalmente, unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias.” (GOMES, 2001, p. 76). A exploração do material pressupõe aplicar o que foi definido na pré-análise, sendo essa a mais demorada das três etapas, pois talvez haja

necessidade de repetir várias vezes a leitura do material. “A interpretação, última etapa, [...] ocorre a partir de princípios de um tratamento quantitativo. [...] nesta fase devemos tentar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto” (GOMES, 2001, p. 76).

A discussão dos dados obtidos se realizou através do olhar dos estudos de gênero e psicologia social. Além disso, também foram utilizados outros referenciais teóricos de pesquisas já realizadas relacionadas à homoparentalidade e adoção. A partir da análise de conteúdo foram organizadas as seguintes categorias: projeto de parentalidade, processo de adoção e experiências de parentalidade.

A seguir, são apresentados os resultados e as discussões da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, são apresentadas três categorias de análise que foram estabelecidas com base no conteúdo das entrevistas

Projeto de parentalidade

Casais homoafetivos elaboram seus projetos de conjugalidade e de parentalidade desafiando os padrões de “normalidade” tradicional, que seria o desejo de duas pessoas de sexos opostos, unidos pelo matrimônio, com seus filhos concebidos biologicamente e em uma convivência heterossexual (UZIEL, 2007). Portanto, os novos arranjos familiares constituídos por casais homoafetivos direcionam o declínio das relações tradicionais. Nesse sentido, estudos apontam que as famílias no ocidente sofreram modificações, já que historicamente a família foi sendo construída e é fruto da sua trajetória na sociedade, passando por constantes transformações e apresentando formas e finalidades diversas (PRADO, 2017). Desse modo, o significado de família está associado à época, à cultura e ao grupo social (OLIVEIRA, 2009). Cada modelo familiar passou por mudanças estruturais e valorativas, cada uma com suas próprias características, fazendo possível compreender as mudanças evolutivas (RODRIGUES; ABEICHE, 2010).

A parentalidade pode se manifestar muito antes da chegada da criança e ir além dos cuidados básicos, como se poderá observar nos próximos tópicos. Ela existe dentro dos desejos, expectativas e motivações dos/as futuros/as mães e pais, que são influenciados por aspectos culturais para que ocorra seu projeto de parentalidade. Nos relatos referentes a este tópico, o

projeto de parentalidade entre os casais homoafetivos pode ser algo vinculado à experiência de um ou ambos envolvidos no casal. O casal 1 e 4 mencionaram o projeto como um desejo do casal, tendo o casal 1 como motivação a convivência próxima com crianças:

Depois que a gente começou a namorar a gente passeou bastante com os sobrinhos do P1 e acho que começou a dar uma ideia para nós. Daí eu comecei a trabalhar com crianças de cinco anos em diante como professor. Daí acho que o fato da gente começar a estar com crianças e gostar de estar com criança despertou isso na gente, vai amadurecendo a ideia (P2).

O casal 4 revela ser um desejo do casal, porém foi a partir da sua estabilidade afetiva que surgiu o desejo de ampliar a família. Ainda assim, o processo se deu de forma gradual após inserção do casal no contexto da adoção.

O casamento estava rolando e a gente resolveu ver sobre adoção e aí começamos a ir aos grupos [preparatórios para adoção] para ver como que é. Para ver se era para nós ou não. E aí depois nos grupos nos foi despertando mais e mais à vontade. Aí a gente entrou com a inscrição, ficou aguardando, fez todos os processos que tinha que ser feito (CASAL 4)

Por outro lado, o casal 2 destaca o desejo como um projeto individual, antes da conjugalidade entre o casal acontecer, ambas já possuíam o projeto de parentalidade. P3: *Esse foi um dos assuntos que eu tratava com a minha outra companheira e ela não queria ter filhos, eu queria. E com a P4, como ela é cinco anos mais velha que eu, no primeiro fim de semana que a gente estava junto, ela já trouxe esse assunto.* Ainda sobre isso, P4 relata a maternidade como um desejo individual, mas que após a conjugalidade com P3, percebe-se que o projeto de parentalidade passa a ser um desejo conjunto. No caso, foi acordado entre o casal que a adoção só seria realizada após a conclusão da graduação de P3, mostrando que o projeto iria se concretizar em um momento estável.

Eu disse: não quero mais brincar, eu quero me casar. Eu já estava numa idade que já tinha aflorado a maternidade. Daqui a um ano eu ia ser mãe sozinha, mas eu queria ser mãe com alguém, queria ter alguém para dividir a maternidade comigo. E aí naquela primeira semana a gente já conversou, "olha eu quero ter uma coisa séria eu quero me casar". Eu quero ter filhos e a minha primeira opção é adotar. Eu sempre quis. E aí a P3 super topou, só que a gente combinou né que a gente iria encaminhar os papéis quando ela se formasse (P4).

No contexto do casal 3, P5 relata que o desejo se intensificou na conjugalidade, mas P6 menciona que este era um projeto individual antes da conjugalidade, ressalta também que este projeto vem por influência do seu modelo parental de família, onde gostaria de constituir uma

família grande como a que foi criada. Segundo P5, *"Eu acho que sempre tive esse desejo de ser mãe, mas não tenho certeza, mas daí com a P6 se intensificou a vontade"*. Já P6 refere que *"sempre quis ter filhos, mas não ter a gestação. Mas sempre quis ter filhos, eu gostaria de ter uma família grande"*.

Para Silva (2021) “estudar os determinantes parentais, tendo em mente que são formados por características psicológicas e demográficas, é primordial, pois a combinação de atributos individuais, históricos e sociais influencia os estilos de parentalidade” (SILVA, 2021, p. 115). A partir das falas, pode-se observar que as narrativas relativas às motivações para a parentalidade são diferentes. Dentro dos aspectos motivacionais para a parentalidade, percebeu-se: estabilidade da conjugalidade; a influência do modelo parental da família de origem; a possibilidade de crescer enquanto indivíduo; a parentalidade como um pertencimento; e o anseio de ter uma família, onde se compartilha a união e o afeto.

Atualmente, a adoção não é mais vista como última opção em casos em que a filiação por via biológica não é possível, passando a ser vista como uma outra possibilidade de se constituir família. São muitas as possibilidades de configuração da família contemporânea, entre elas famílias monoparentais, pluriparentais ou recompostas, homoparental, enfim, são diversas as configurações possíveis, sendo sua organização estabelecida principalmente a partir da necessidade ou da vontade de seus núcleos, que estão cada vez mais presentes na sociedade (UZIÉL, 2007). Porém, “nesse processo de mudanças, temos o modelo tradicional internalizado operando, enquanto temos as novas maneiras de ser família, revelando novos conceitos aos preestabelecidos, ocasionando certas contradições no próprio contexto familiar” (OLIVEIRA, 2009, p. 69).

Nesse sentido de mudança, as famílias homoparentais representam uma das novas formas de arranjos familiares, que devem ser entendidas como reflexo das transformações sociais (UZIÉL, 2015). A homoparentalidade contribui para a quebra do modelo biologicista relativo à família, fortalecendo as configurações familiares no campo do afeto. Segundo Rosa et. al. (2016) a ampliação do conceito de família e a legitimação de seus diversos formatos não implica na falência dessa instituição.

Utilizando como exemplo o casal 4, o projeto de constituição familiar surge com a estabilidade conjugal. Poderia dizer que nesse caso, a união afetiva visou, primeiramente, como citam Salomé, Espósito e Moraes (2007) proporcionar o vínculo de amor, respeito, carinho e cuidado do outro, e não a geração de filhos. Exatamente o pensamento que é expresso pelo casal 4 durante a entrevista, uma vez que um dos participantes afirma que *“a ideia de adotar surgiu quando estávamos conversando sobre se casar, se pretendia casar, ter filhos, o que cada um*

pretendia fazer da vida. Então a gente decidiu casar e depois começar a ver sobre adoção” (P7).

Desta maneira, é possível observar que uma das motivações para a adoção se deu pela vontade de se constituir uma família. Contudo, existem outras motivações que foram percebidas na presente pesquisa, uma delas se tratou da vontade de transformação social que o ato da adoção pode gerar nas crianças. Exemplo disso é o relato feito pelo casal 1: *“a gente sempre cogitou a questão da adoção até pelo número de crianças que tem para adotar, ainda mais depois que a gente se inseriu nesse mundo e viu quantas crianças que estavam lá no lar precisando.”* Porém, se faz necessário destacar que a principal motivação da adoção deste casal não ocorreu da motivação de transformação social, mas do desejo da parentalidade, exatamente como já supracitado. Pode-se compreender que existem diversas motivações presentes no processo de se pensar uma adoção e que elas coexistem entre si.

No caso dos casais 2 e 3, formados por mulheres lésbicas, ambos cogitaram o processo de inseminação. No caso do casal 3, P6 relata que sempre quis ter filhos e sua primeira proposta foi para que P5 engravidasse e ela, por sua vez, concordou. Chegaram a realizar os exames preliminares, mas optaram por dar descontinuidade ao processo, uma vez que o descreveram como *“meio estranho assim porque a gente traz um polígrafo para casa e ali dentro está escrito tipo sei lá se o homem fala três línguas, que banda ele gosta. Achamos meio estranho” (P6)* e, desta forma, escolheram pela adoção.

Estes relatos, encontram conformidade com a pesquisa realizada por Zambrano (2006), onde observou que os casais homoafetivos constituídos por homens, quando buscam ao projeto parental, escolhem a adoção como forma de prioridade de acesso à parentalidade, isso ocorre devido a ausência de características corporais necessárias para a reprodução, o que tornam os casais homoafetivos constituído por mulheres mais autônomos, já que estes casais podem optar pelo processo de inseminação, em que não dependem da homem. Nesta perspectiva os casais homoafetivos constituídos por homens consideram a parentalidade social como mais importante que os laços biológicos no processo de constituição de família, onde o afeto ocupa lugar fundamental na família homoparental (ZAMBRANO, 2006). Marchin-Costa (2017) ressalta que cada vez mais as famílias homoafetivas se constituem pelos laços afetivos, contudo, compreende que a perspectiva da consanguinidade ainda rodeia o imaginário dos casais que desejam exercer a homoparentalidade.

Por outro lado, o casal 2, que também considerou a inseminação como alternativa para a parentalidade, não teve esta alternativa como primeira opção, já que a ideia de inseminação só surgiu depois de já iniciado o processo de adoção, por parte das adotantes. Inicialmente,

optaram por um perfil que buscava crianças de 0 a 3 anos, mas ao se depararem com a realidade dos abrigos e consequentemente com o tempo de espera para que conseguissem adotar uma criança, dentro do perfil escolhido, começaram a cogitar a realização da inseminação, ao mesmo tempo que se mantiveram na fila da adoção. Porém, não obtendo êxito na primeira tentativa do processo de inseminação, decidiram então por ampliar o perfil no processo de adoção

Na verdade, era uma ansiedade muito maior. Depois que não deu certo (a inseminação) a gente foi lá e abriu nosso perfil, botamos duas crianças de até seis anos e depois eu fui participar de uma reunião, aí a gente resolveu fazer a nossa troca final e foi a troca até oito anos. Foi quando vieram os guris. Mas a adoção sempre foi a nossa primeira opção. Eu sempre quis ser mãe e não tinha muita assim preferência (P3).

Com este relato percebe-se, primeiramente, uma contraposição ao que afirmou Zambrano (2006) quando diz que casais masculinos homoafetivos consideram mais relevantes a parentalidade do que os laços biológicos. O problema desta afirmação é desconsiderar que casais homoafetivos lésbicos também podem privilegiar a motivação de parentalidade social em detrimento da consanguinidade. Observa-se com a narrativa do casal 2, pois as participantes sempre consideraram a adoção como primeira opção, vindo a buscar a alternativa da inseminação apenas após a constatação da demora encontrada por elas no processo de adoção. Apesar de discordar do autor no que tange ao mérito dos sexos, pela relevância dada entre a parentalidade social ou laços biológicos, é necessário destacar a assertividade do autor quanto a autonomia que casais lésbicos possuem, em relação aos casais compostos apenas por homens, já que possuem além da adoção, também, a gestação como uma opção.

Ainda tendo como base o relato do casal 2, pode-se analisar uma segunda percepção: o motivo pela demora no processo de adoção encontrado por este casal. E é este ponto que abre a 3ª categoria, em que busca-se elucidar algumas das questões enfrentadas pelos participantes com relação ao processo de adoção.

Processo de adoção

O processo de adoção no Brasil é visto como um processo lento, a demora existe, porém o que muitas vezes faz com que esse processo se alongue é o perfil da criança a ser adotada, desejado pelos pretendentes. No decorrer do processo, os pretendentes à adoção (individuais ou casais) optam por qual perfil desejam adotar, dentre eles estão: sexo, raça, idade, grupos de irmãos, crianças com problemas de saúde, deficiência e doenças infectocontagiosas.

Na atualidade, o Cadastro Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) nos revela a existência de 32.866 pretendentes habilitados, para 4.249 crianças disponíveis para a adoção (dados de outubro de 2021). Percebe-se um número maior de pretendentes do que de crianças e adolescentes disponíveis para a adoção. E isto levanta um questionamento latente: se existem tantos pretendentes habilitados por que ainda existem crianças nos abrigos? A resposta para esta indagação se dá justamente na análise dos perfis preferidos pelos pretendentes, pois, entre os 32.866 habilitados, cerca de 44,4% desejam crianças de até 3 (três) anos de idade, enquanto há, nesta faixa etária, somente 524 (ou 12,3% do total de crianças) disponíveis para adoção. Com isso, pode-se dizer que quanto maior a abrangência dos perfis, menor o tempo de espera. E é justamente o que observa-se com os relatos a seguir:

Casal 2 (P4): Quando entramos no processo, a gente botou de 0 a 3 anos e achamos que estava arrasando. Não era um perfil amplo, a gente queria bebê. Daí tomamos um banho de água fria. Aí a gente se deu conta que não tinha nada a ver, o perfil era muito restrito, a maioria das crianças que estão para adoção hoje são crianças maiores né.

Casal 1 (P2): Na palestra que a gente participou tinha em torno de quarenta casais. Só eu e o P1 colocamos que pegaria crianças de até doze a treze anos. A maioria massivamente queria crianças até um ano, dois anos, outros botaram restrição de raça e gênero. Quanto mais tu restringes, mais difícil fica. As assistentes sociais e psicólogas viram que a gente queria virar pais independente de raça, gênero e idade.

Segundo o “Diagnóstico sobre o sistema nacional de adoção 2020 e acolhimento” realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, o tempo médio para adoção de pretendentes ainda não habilitados para a região do sul do país é de: 3 anos e 11 meses no Paraná e Santa Catarina, 4 anos e 11 meses no Rio Grande do Sul. Em relação a este tempo médio, o casal 3, que realizou a adoção de crianças maiores e de grupo de irmãos, teve esse processo concluído com maior agilidade, pois “desde a entrada da papelada até eles chamarem foram 9 meses e duas semanas” (P6).

Saindo então da análise do tempo e motivos da demora do processo, partimos para outras experiências dos casais no processo de adoção que passa por sete etapas: (1) Cadastro junto a vara da Infância e Juventude; (2) processo de avaliação (estudo psicossocial); (3) grupo preparatório; (4) aprovação e inscrição no cadastro nacional de adoção (CNA); (5) processo de espera na fila de adoção; (6) estágio de aproximação e convivência e (7) efetivação da adoção. Pode-se observar estas etapas através do relato do casal 3:

A gente entregou os documentos, daí tiveram as entrevistas, aí nos ligaram. A gente foi no fórum, nos apresentaram às crianças e questionado se a gente mantinha o

interesse, se a gente queria conhecer eles especificamente e a gente falou que sim. Daí no outro dia, a gente levou um álbum que solicitaram para a gente fazer da nossa rotina da casa e o que a gente gostava de fazer, nos apresentando. Daí levaram o álbum, contaram a nossa história e avisaram que são duas mães porque eles já têm a idade, tendo o peso o que eles querem, então foi importante, eles já tinham esse peso de escolha (P5).

Estas etapas que todos os casais adotantes precisam passar, no decorrer do processo de adoção, são acompanhadas por um grupo de profissionais que dá assistência desde a entrada da documentação até a efetivação da adoção.

De acordo com Silva et.al (2019) os grupos preparatórios trabalham junto com os pretendentes aspectos psicossociais como: “a estabilidade e estrutura psíquica e emocional dos integrantes, experiências familiares e de vida, crenças e expectativas com relação ao filho a ser adotado e a compreensão de aspectos relacionados à adoção e à história anterior do adotado.” (SILVA et. al, 2019, p. 604). Ainda segundo os autores, os grupos tendem a proporcionar um espaço em que os pretendentes compreendem possíveis limitações e desejos e assim podem minimizar futuros desafios na relação familiar (SILVA et. al, 2019).

Como pode-se observar a seguir, os casais compreendem a importância que esses grupos têm no processo de adoção: P1: *"Sobre respeitar o passado da criança, isso é uma coisa que a gente trabalha bastante no grupo e a gente trabalhou bastante antes de adotar".*

Eu acho que é bom a gente ter participado nesses grupos, é que você aprende a respeitar a história da criança. Não é uma página em branco, a adoção tardia ou mesmo bebê, a criança já vem com um trauma e uma história. (P7)

O grupo preparatório, além de ser essencial neste processo de trabalhar junto às questões psicossociais dos pretendentes, como pode-se observar nas falas citadas acima, auxilia no preparo dos adotantes para a experiências de parentalidade, assunto este que será discutido no próximo tópico.

Como citado na introdução deste trabalho, existem autores que argumentam que uma das maiores dificuldades encontradas pelos casais homoafetivos que desejam adotar seja o preconceito sofrido por este grupo social. Porém, no contexto desta pesquisa este problema não foi relatado pelos participantes, no que se refere ao processo jurídico. Entretanto os casais expuseram ter conhecimento de outros casais homoafetivos que passaram por situações de preconceitos no processo de adoção por conta da sexualidade. Na fala de P2, do casal 1 *"Nós não, não. A gente já leu relatos de algumas pessoas que passaram por isso, mas nem da parte das assistentes sociais quanto da diretora do Lar, de ninguém assim, não teve".*

Nunca senti nada nem no fórum nem no abrigo. A gente conhece um casal de homens que passou, eles relataram que eles estão até processando o abrigo da criança do filho deles porque eles sofreram, era um abrigo evangélico. Mas a gente não teve nada nem no abrigo nem no fórum (P5).

Com isso, pode-se observar que a parentalidade entre casais homoafetivos vem se tornando uma prática que, gradualmente, passou a ganhar mais espaço e reconhecimento por parte da sociedade. Ainda sobre esse aspecto, o casal 2 destaca uma possível tolerância maior, por parte da sociedade, por conta de seus privilégios, ou seja, por serem mulheres brancas, empresárias e de uma família com sobrenome relevante na cidade em que residem. Revelam também buscar estratégias para evitar preconceitos que possam surgir após a efetivação da adoção:

Os garotos trocaram de escola duas vezes. Então quando troca de escola a gente faz a matrícula na escola e a gente vai lá marcar uma reunião com a diretora, com a coordenadora e com as professoras e aí a gente sempre explica que são duas mães e pergunta como é que a escola trabalha a questão dos casais homoafetivos. A gente se disponibilizou para ir à escola falar sobre adoção e falar sobre o nosso casamento. Então a gente tenta fazer realmente com que eles estejam num meio que se preocupe em minimizar o preconceito que eles podem sofrer (P4).

Na entrevista com o casal 4, P9 relatou ter passado por questões relacionadas ao preconceito no seu convívio familiar, em que parentes próximos não apoiaram o seu casamento e o processo de adoção. Porém, quando os mesmos familiares foram apresentados à criança adotiva, os estigmas relacionados à adoção e a parentalidade homoafetiva foram superados. Em contrapartida, P10 relata o acolhimento por parte da empresa em que trabalha, tendo o casal sido convidado para participar da campanha de dia dos pais, relatando acreditar que, por ser uma empresa nova de tecnologia, exista uma valorização das diversidades. Com o encerramento desta categoria serão, a seguir, analisadas as experiências de parentalidade dos casais entrevistados.

Experiências de parentalidade

O exercício da parentalidade pode ser desempenhado por pessoas sem vínculo genético, dando evidência ao processo de construção psíquica e à construção do vínculo. Segundo Houzel (2004), a maternidade e a paternidade não são um aspecto natural ou inato, sendo necessário tornar-se pai e tornar-se mãe, evidenciando o processo de construção subjetiva da parentalidade.

Nesse sentido, o autor define três eixos: o (1) Exercício da parentalidade, a (2) Experiência da parentalidade e a (3) Prática da parentalidade. O primeiro pode ser entendido como os aspectos jurídicos e socialmente construídos de reconhecimento de filiação. O segundo diz a respeito à experiência subjetiva de ser pai/mãe, ou seja, às mudanças psíquicas que ocorrem no decorrer do processo de se tornar pai/mãe. No último e terceiro eixo, a prática da parentalidade se relaciona às tarefas cotidianas prestadas que envolvem tanto os cuidados físicos quanto psíquicos (HOUZEL, 2004).

A seguir pode-se observar nos relatos dos participantes os três eixos apresentados no processo de parentalidade. Em relação ao exercício da parentalidade, destaca-se o processo jurídico que o casal 2 passou para a efetivação da adoção, em que vale destacar que todos os profissionais envolvidos contribuíram para que o processo jurídico ocorresse com maior agilidade.

Então assim na terça eu avisei a comarca que tinha saído a destituição que a gente podia fazer a audiência de adoção. A juíza nem pensou, ela disse gurias vamos marcar para agora, vamos fazer. Foi online, a nossa advogada disse que foi muito fora de protocolo que ela nunca participou de uma audiência assim. Então foi muito legal, eles puderam participar, foi muito legal (P4)

Em relação à experiência de parentalidade, o casal 3 cita sobre as mudanças psíquicas experimentadas por elas ao longo do processo de adoção.

Assim no começo foi mais difícil para P5 e depois ficou um pouco mais difícil para mim. O bom é que teve esse equilíbrio. Eu tive dificuldade de aceitação mesmo porque a tua vida virar de cabeça para baixo literalmente em tudo, financeiro, social.... É uma loucura, todo mundo falava meu, mas vocês vão adotar dois. Hoje eu entendo o que eles queriam falar, mas não me arrependo (P6)

Já em relação à prática da parentalidade, cuidados físicos como em tarefas diárias, o participante P8 do casal 4 relata que:

Ele vai para a escola, ele lava a louça, a louça da noite é dele então já está programado na cabecinha dele, ele ajuda a arrumar o quarto ajuda nas atividades de casa, alguma coisa assim e devagarzinho vai aumentando com cada ano que ele faz vai aumentando mais a tarefa dele qualquer dia ele tem que já começar a pendurar roupa eu comecei a ensinar essas coisas de casa assim (P8).

Esta prática da parentalidade também se relaciona aos cuidados psíquicos exercidos pelos pais com seus filhos/as: “*Todo mundo faz terapia lá em casa né, então a gente conversa*

com o psicólogo até sobre essa questão de ele ter essa necessidade de ter uma agressão no meio para ele se sentir amado” (P3).

Esses processos de construção da parentalidade, em casos de adoção, ocorre durante um processo de adaptação. Uma vez que a criança se vê numa nova casa, com uma nova rotina e na companhia de adultos, até então estranhos para ela, como seus responsáveis legais, se faz necessário que exista um período de ajustamento e transição, tanto para a criança, quanto para os pais, afinal, ambos possuem até este momento suas próprias bagagens a serem conciliadas entre si. Este momento de adaptação foi relatado pelos participantes, cada um com suas especificidades, sendo que alguns relataram ter sido esse um processo mais tranquilo e outros que precisaram ter bastante paciência, atenção e cuidados aos filhos/as. Como dito anteriormente, as crianças possuem uma história quando chegam até seus pais adotivos e estas bagagens são expostas cedo ou tarde, através de emoções, às vezes positivas, como a felicidade pelo acolhimento e outras, nem tanto, como agressividade e saudade do vínculo biológico. Realidades que são apresentadas nos relatos a seguir.

No caso do casal 2, os participantes descreveram o processo de adaptação mais difícil por conta de conflitos agressivos:

Então, o primeiro ano acredito que até um ano e meio foi muito difícil. A gente sempre tinha conflitos todos os dias e às vezes eram com os dois. Às vezes não dava uma trégua, mas normalmente os dois e eram conflitos agressivos. Eles eram dois “tocos” e eles vinham nos chutar, nos dar soco e bater, até quebrar as coisas dentro de casa. Muita revolta, mas a gente hoje entende que eles ainda tinham uma compreensão errada de que eles tinham sido roubados da mãe. Que ela estaria esperando por eles. Hoje a gente entende um pouco melhor, mas a adaptação foi bem difícil em relação a isso (P4)

O casal 4 relata o processo de adaptação de uma maneira mais tranquila, mas conta que enfrentaram um desafio por se tratar de uma adoção de criança maior e terem que lidar com a saudade que o filho tinha da genitora:

Tivemos que lidar com a carência que ele tinha da mãe, a gente foi aprendendo a lidar com isso, acolher essa dor dele. Isso foi uma parte difícil para nós, mas principalmente para ele. Tem dias que ele acordava chorando de saudade da mãe e fomos o ombro amigo nessas horas. Ele fala que quer muito a mãe. Uma vez ele disse assim: “pai eu to tão triste que meu coração parece que está todo quebrado, parece que está em mil pedaços, como que isso foi acontecer comigo, como que eu fui perder minha mãe me ajuda a encontrar minha mãe me ajuda pega o carro eu acho que ela mora ali naquela rua”. Ele tinha um desespero de esquecer o rosto dela, falava que não lembrava mais do rosto dela, que não conseguia mais sonhar. Ele tinha isso todo dia, todo dia. Isso mudou bastante agora que ele começou a aula de volta. Ainda não acabou, mas diminuiu (P7).

Além do retorno das aulas terem contribuído para uma melhora na condição emocional da criança, a sensibilidade e o acolhimento demonstrado pelo casal em relação a esta saudade do filho foram fundamentais para a melhora na condição emocional da criança. E como se encontravam em processo de adaptação, conversaram sobre este sentimento da criança, em reunião, com as profissionais de psicologia do fórum. Nesta busca por ferramentas para lidar com esta mágoa da criança e ao identificarem um grande medo do filho em esquecer o rosto da genitora, foram atrás de foto dela e conseguiram. Após perguntarem para a psicóloga que os acompanhava se estaria tudo bem entregar a fotografia ao filho e a mesma informar que sim, eles a entregaram. *“Mas foi engraçado, a gente estava todo receoso de entregar a foto daí a gente falou pra ele filho a gente conseguiu a foto tá aqui a foto. Daí ele guardou a foto no fundo do guarda-roupa está até hoje lá, nunca mais uma mexeu” (P8).*

As especificidades relacionadas à história das crianças maiores precisam ser tratadas sem estigmas e preconceitos. A construção de parentalidade de casais homoafetivos, por meio da adoção, acaba sendo diferente, com suas próprias especificidades, como pode-se observar nos relatos acima. “O descompasso entre a demanda das crianças e dos pretendentes exige intenso trabalho de conscientização e desmistificação das adoções tardias” (SAMPAIO;MAGALHÃES;MACHADO, 2018, p. 3). A criação de um/a filhas/a envolve um conjunto de aspectos que se correlacionam, aspectos esses que envolvem o ambiente de interação social, tendo como alicerce o vínculo estabelecido entre pais e filhas/os e o ambiente educacional, disciplinar que se constitui pelo estabelecimento de normas e regras de conduta (PRADO; PIOVANOTTI; VIEIRA, 2007). Para os casais entrevistados, a educação da criança em um lar homoafetivo não difere da criação nas famílias heterossexuais.

Está sendo bem gratificante assim, tá dando tudo certo e a gente tá vendo frutos, às vezes a gente perde um pouco da noção, porque a gente tá todo dia junto como família, mas daí a gente tem visão de fora como a família e os amigos que conseguem ver uma evolução nas crianças e mudança na gente, a gente vai mudando pra melhor é um desafio que qualquer pai e mãe teria. (...) Eu acho que no fim das contas o desafio maior é tu não ter a certeza que tu tá acertando, tu sempre fazer com a melhor das intenções, acha que tá fazendo o certo e espera que está fazendo o certo, que o reflexo da tua atitude hoje seja positivo lá na frente, porque a gente às vezes fica em dúvida: será que a gente está acertando? Mas acho que esse é o maior desafio de qualquer pai, não só do pai adotivo, é uma aposta (P2).

Os pais e mães, adotivos ou não, contribuem para a formação das crianças como indivíduos, sendo eles que vão construir - junto com as crianças - sentidos e experiências ao longo da vida, esses sentidos, são possíveis, dentro do contexto sociocultural e assim aplicados na constituição das subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, foi possível compreender as experiências de parentalidade de casais homoafetivos adotantes. Considera-se, no entanto, que esse é um tema amplo e, portanto, ainda longe de ser esgotado, mesmo porque a realidade e especificidades de cada situação possuem grande complexidade, sendo esse tema fundamental para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

No que refere-se aos objetivos e da pesquisa, acredita-se que foi possível conhecer alguns dos elementos da realidade e contexto desses casais e investigar o desejo de tornar-se mãe/pai, motivações para adoção, processo de adoção e a experiências de parentalidade. Como abordado anteriormente, com o surgimento dos novos arranjos familiares, novas formas de conjugalidade e parentalidade se fazem presentes na sociedade entre elas as famílias homoparentais, na medida que vão obtendo respaldo jurídico e legal, ela se torna mais visível, promovendo importantes debates em vários aspectos sociais, gerando um desmonte dos estigmas ainda existentes em relação a atuação de casais homossexuais no exercício da parentalidade. Importante destacar que nesta pesquisa não se percebeu nenhuma diferença significativa na qualidade da criação dos filhos adotivos, entre famílias hétero e homoparentais.

Neste estudo revela-se que esses casais que vivenciam a parentalidade por meio da adoção estabelecem na conjugalidade e com seus filhos vínculos saudáveis e de confiança. Pode-se destacar entre o alcance deste estudo que a parentalidade em casais do mesmo sexo é exercida com trocas e reciprocidade entre os envolvidos, demonstraram recursos para lidar com os desafios, se preocupando com a transmissão de valores por eles praticados, trazendo consigo o desejo de uma próxima geração mais tolerante às diferenças.

A conjugalidade e a parentalidade, entre os entrevistados, parecem desempenhar um importante papel na construção dos seus objetivos de vida. Nota-se também as especificidades das adoções de crianças maiores, mas que os desafios frente a estes processos são tratados de maneira acolhedora e dedicada, respeitando a história anterior à adoção da criança. Compreende-se que os vínculos estabelecidos se referem à ordem dos afetos e em nada a orientação sexual das mães/pais interferiram no desenvolvimento das crianças. É importante destacar que os casais entrevistados buscaram crianças para adoção fora dos perfis mais desejados pela maioria dos pretendentes à adoção.

A busca de compreensão das particularidades do relacionamento conjugal, entre casais homoafetivos adotantes, foi realizada com a finalidade de contribuir com estudos da psicologia

e na atuação de profissionais da área para que, desta forma, sejam fomentados debates acerca deste tema. Por se tratar de um estudo qualitativo, com um número reduzido de participantes, que foram selecionados por conveniência, os resultados alcançados apesar de apresentarem dados relevantes, devem ser considerados com cautela. As pesquisas acerca do tema são escassas, ainda há muito a ser feito em termos de pesquisas, sendo necessários outros estudos com essa população para que se possa estabelecer com mais segurança como se dá a parentalidade homoafetiva adotiva brasileira.

Mas feitas as ressalvas, considera-se que foi possível trazer os achados referentes ao processo de parentalidade de casais homoafetivos para o campo da psicologia, possibilitando a ampliação do repertório acerca da temática. Por fim, este estudo pode contribuindo para as adoções futuras, desmistificando a parentalidade de casais homoafetivos, de forma que todos e todas sejam capazes de vivenciar e construir suas famílias. Dessa forma, esta pesquisa visou confrontar a deslegitimação por parte de um setor conservador da sociedade brasileira que com frequência invalida a capacidade parental de casais homoafetivos, abordando um tema de interesse a essa população. Se faz relevante estudar e dar ênfase a essas novas configurações familiares - que vem numa crescente - e as suas formas de se relacionar, como é constituída nos seus vínculos, para que assim cada vez mais essas pesquisas deixem de ser exceções e torne-se mais frequente o desenvolvimento de produções científicas sobre adoção e homoparentalidade capazes de dizer sobre essa experiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 12010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

ALMEIDA, Mauricio Ribeiro. A adoção em famílias homoafetivas. In: Adoção: um direito de todos e todas. **Conselho Federal de Psicologia**. Brasília, 2008, p.27-30. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/cartilha_adocao.pdf>

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

AUGUSTO, Cleiclei Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745–764, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/?lang=pt>>.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo – a experiência vivida**; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BRASIL Código Civil. Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916. BRASIL. Código Civil.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento/ Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA2020_25052020.pdf>.

CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio ; SANTOS, Manoel Antônio dos. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia**, Natal, vol. 18, n. 3, p. 507–516, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/jcrQ3qhNTNF8NNbyh3F6HQN/abstract/?lang=pt>>.

CHAVES, Verônica Petersen. A adoção em famílias homoafetivas. In: Adoção: um direito de todos e todas. **Conselho Federal de Psicologia**. Brasília, 2008, p.35-40. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/cartilha_adocao.pdf>

DYNIEWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. São Caetano do Sul: Difusão, 2014

FELIPPI, Geisa; ITAQUI, Luciara Gervasio. Transformações dos laços vinculares na família: uma perspectiva psicanalítica. **Pensando fam**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 105-113, jun. 2015. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100009&lng=pt&nrm=iso>

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete ; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/abstract/?lang=pt>>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GORIN, Michelle Christof et al . O estatuto contemporâneo da parentalidade. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 16, n. 2, p. 3-15, 2015 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200002&lng=pt&nrm=iso>.

GOMES, Romeu (Ed.) **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. (orgs.) **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro, RJ, Garamond, 2007.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 261-280, 2003. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a11.pdf>>.

Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. Ser pai, ser mãe – Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio (pp. 47-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.

LIRA, Aline Nogueira de, et al. “Concepções E Modos de Viver Em Família: A Perspectiva de Mulheres Lésbicas Que Têm Filhos.” **Psicologia: Teoria E Pesquisa**, vol. 32, n. 4, p. 1-10, 2016. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ptp/v32n4/1806-3446-ptp-32-04-e324213.pdf,10.1590/0102.3772e324213>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHIN, Rosana. Homoparentalidade e Adoção: (Re) Afirmando seu lugar como família. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 350–359, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n2/1807-0310-psoc-28-02-00350.pdf>>.

MARCHIN-COSTA, Maria Ivone. Homoparentalidade e gênero: vivência cotidiana e relações familiares. p. 354. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo, 2017)

MACIEL, Wagner Montalvão; PEREIRA, Paulo Celso. A primeira adoção homoafetiva no Brasil: um estudo de caso. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, v. 9, n. 2, p. 63–77, 2018. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/2711>>.

MENDES, Wallace Góes ; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1709–1722, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/4947yK7K5JTN5sHJRKTfPvD/?lang=pt>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTT, Michels E. Relatório 2019: **Assassinatos de LGBT no Brasil [Internet]**. Brasil: Grupo Gay da Bahia - GGB; 2019. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relate3b3rio-2016-ps.pdf>>.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, vol. 14, n. 2, p. 509–521, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/SHK7rsPKfFM6w9jvrWKswbM/?lang=pt>>.

MOZZATO, Anelise Rebelato.; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 11. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>>.

NASCIMENTO, Roberto; MENANDRO, Paulo Roberto. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 72–88, 2021. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11028/8714>>.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar : família, filhos e desafios**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 31–40, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/Qpk5tnKHF4cYypfHvPTmQ4b/?lang=pt&format=pdf>>.

PEREIRA, Cicero Roberto; TORRES, Ana Raquel Rosas; FALCÃO, Luciene; et al. O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 79–89, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/9wDV7F66tBhLXcxW77qs5jC/abstract/?lang=pt>>.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Editora brasiliense, 2017. E-book.

PRADO, Alessandra Bonassoli; PIOVANOTTI, Marcelo Richar Arua ; VIEIRA, Mauro Luís. Concepções de pais e mães sobre comportamento paterno real e ideal. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 1, p. 41–50, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/vmVV4rHB9yRHbwT4bnncXFr/?lang=pt>>.

RODRIGUES, Alexandra Arnold.; ABEICHE, Regina Perez Christofolli Abeche. **As multifaces da instituição família “forma-atadas” por sistemas econômicos**. *Psico*, vol. 41, n. 3, 28 set. 2010.

RODRIGUEZ, Brunella Carla; GOMES, Isabel Cristina. Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. **Bol. psicol**, São Paulo, vol. 62, n. 136, p. 29-36, jun. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100004&lng=pt&nrm=iso>.

RODRIGUEZ, Brunella C.; MERLI, Laura F. ; GOMES, Isabel Cristina. Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 751–762, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a18.pdf>>.

ROSA, J. M., MELO, A. K., BORIS, G. D. J. B., & Santos, M. A. A construção dos papéis parentais em casais homoafetivos adotantes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 36, n. 1, p. 210-223, jan/mar 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n1/1982-3703-pcp-36-1-0210.pdf>>

SALOMÉ, Geraldo; ESPÓSITO, Vitória; MORAES, Ana. O significado de família para casais homossexuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 60, n. 5, p. 559–563, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/cWH5945prfyh8nk6nvgQGmF/abstract/?lang=pt>>.

SAMPAIO, Silva; MAGALHÃES, Andrea; MACHADO, Rebeca. Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. 1-15, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/2871/287165963017/html/>>.

SANTOS, Claudiene Santos. **A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas**, 1004. 445 p. Tese (doutorado). FFCLPRP - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 5-22, jul/dez. 2002.

SILVA, Érick. Motivações e expectativas sobre a parentalidade de pessoas lésbicas e gays pretendentes à adoção. p. 205. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, 2021.

SILVA, Patricia; SCHWOCHOW, Monique; RESMINI, Gabriela; *et al.* Critérios para Habilitação à Adoção segundo Técnicos Judiciários. **Psico-USF**, v. 25, n. 4, p. 603–612, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusf/a/LqG9HDZ7cjSzfLGwNfbbDJR/?lang=pt>>.

SILVA, Suzana. Da barriga de Aluguel à luz do ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Eletrônica da Graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Minas Gerais, v. 2, n. 2, p 89-103, jul/ dez. 2019.

SOUSA, Karla Cristhina Soares. **Tornar-se mulher: Feminismo existencialista e performatividade de gênero** (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

WELZER-LANG, DANIEL. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460–482, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/?lang=pt>>.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades" impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, vol. 12, n. 26, p. 123-147, jun/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a06v1226.pdf>>.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro , v. 42, n. 2, p. 453-470, jun. 2010 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso.